**Declaração de Movimentos Sociais / ONG / OSC fórum paralelo à Cúpula Mundial da Alimentação sobre Segurança Alimentar**

Nós, camponeses e agricultores familiares, pescadores de pequena escala, pastores, indígenas, jovens, mulheres, os pobres urbanos, trabalhadores rurais, ONGs locais e internacionais e outros atores sociais, reunidos em Roma desde os 13 -17 de novembro de 2009 unidos em nossa determinação em trabalhar para [procura] soberania alimentar. Soberania Alimentar é a verdadeira solução para o drama da fome no mundo.

A soberania alimentar implica transformar o sistema atual de alimentos para garantir que aqueles que produzem alimentos têm acesso equitativo a, e controle sobre a terra, água, sementes, das pescas e da biodiversidade agrícola. Todas as pessoas têm o direito e a responsabilidade de participar na decisão de como os alimentos são produzidos e distribuídos. Os governos devem respeitar, proteger e realizar o direito à alimentação como um direito à alimentação adequada, disponível, acessível, culturalmente aceitável e nutritiva.

Os governos têm a obrigação de prestar ajuda de emergência. Mas isso não deve comprometer a soberania alimentar e os direitos humanos. Auxílios de emergência devem ser adquiridos localmente quando possíveis e não devem ser usados para pressionar os países a aceitar os OGM. Comida nunca deve ser usada como uma arma política.

Chamamos a atenção para as violações dos direitos das pessoas, tanto urbanas como rurais, que vivem em áreas de conflito armado ou de ocupação e em situações de emergência. A comunidade internacional deve urgentemente lutar contra as violações dos deslocamentos forçados, confisco e exploração da propriedade estrangeira, terra e outros recursos produtivos, manipulação e transferências demográfica da população.

Reafirmamos que a nossa provisão de alimentos ecológicos realmente alimenta a grande maioria das pessoas em todo o mundo, tanto em áreas rurais quanto urbanas (mais de 70%). Nosso foco está em práticas alimentares para as pessoas, e não de lucro para as corporações. É saudável, diversificada, e localizada.

Comprometemo-nos a fortalecer e promover o nosso modelo ecológico de oferta de alimentos no âmbito da soberania alimentar, que alimenta o mundo. Nossas práticas visam priorizar a alimentação local e minimizar as perdas de alimentos, não gerando o mesmo dano causado pelos sistemas de produção industrial. A agricultura camponesa é flexível e pode se adaptar e mitigar as mudanças climáticas. Insistimos, no entanto, que a alimentação e a agricultura devem ser mantidos fora do mercado de carbono. Nós vamos defender e desenvolver a nossa biodiversidade agrícola (de todas as espécies), em face da agressiva mercantilização da natureza, dos alimentos e do conhecimento que está sendo facilitado pela "nova Revolução Verde”. Apelamos a uma moratória sobre os OGM. Nossas práticas exigem políticas de gestão da oferta, a fim de garantir a disponibilidade de alimentos, salários decentes e preços justos. Estamos prontos para discutir novos enquadramentos legais para apoiar as nossas práticas.

Apelamos para uma pesquisa usando métodos participativos, que apóiem o nosso modelo ecológico de oferta de alimentos. Estamos buscando a construção de inovações no nosso conhecimento e habilidades: reabilitação de sementes locais, raças de gado e peixes / espécies aquáticas para um clima em mudança. Comprometemo-nos a promover os resultados da IAASTD (International Assessment of Agricultural Knowledge, Science and Technology for Development). Apelamos para a responsabilidade dos pesquisadores. Rejeitamos o controle das corporações de investigação e a não participação em fóruns que são dominadas por eles. Vamos promover as nossas inovações através de nossos meios de comunicação e programas de extensão para formação, educação e divulgação de informações.

Vamos reforçar as nossas interconexões rurais/teias alimentares urbanas. Vamos construir alianças dentro de um Complexo Alimentar - ligando os prestadores de alimentos de pequena escala, os transformadores, cientistas, instituições e consumidores - para substituir a abordagem reducionista do *Codex Alimentarius*. Comprometemo-nos a encurtar as distâncias entre o fornecedor de alimentos e o consumidor. Vamos fortalecer os movimentos alimentares urbanos. Vamos recuperar a linguagem da nutrição alimentar e enfatizar a diversidade em dietas que excluem carnes fornecidas em sistemas industriais.

**Poderes de decisão**

Nós declaramos o nosso apoio ao Comitê renovado sobre a Segurança Alimentar Mundial, tendo especial atenção para o compromisso que os chefes de Estado reunidos no âmbito da Cimeira da FAO mostraram a este órgão importante na sua declaração. Ressaltamos a importância fundamental do Comitê renovado, como o corpo principal da política internacional, inclusive para a alimentação e a agricultura no âmbito do sistema das Nações Unidas e, como um órgão essencial, onde o conhecimento e as perspectivas dos trabalhos têm alimentado a humanidade por gerações. Nós afirmamos a centralidade da Soberania Alimentar e o direito à alimentação como um princípio para guiar todos os elementos e trabalhos da Comissão.

Este Fórum da Sociedade Civil tem desempenhado um papel fundamental no processo de reforma CFS, abrindo um espaço crítico que pretendemos ocupar completamente de uma forma responsável e eficaz. Ao fazê-lo, garantirá que as vozes dos excluídos sejam ouvidas em todos os níveis. No entanto, embora, valorizemos o trabalho que tem sido feito, mantemos expectativas elevadas em relação às futuras realizações da CFS, e acompanharemos atentamente o seu trabalho para garantir que os Estados-Membros, através de seu empenho, criem um mecanismo eficaz e forte, com poderes de coordenação a todos os níveis; capaz de realizar um compromisso de desenvolvimento de um quadro estratégico global para a segurança alimentar e nutrição.

**Controle sobre os recursos**

A grilagem de terras deve parar. A falta de terras, a grilagem, o desmatamento, o seqüestro de água nas zonas interiores e costeiras se intensificaram na esteira da crise alimentar global. Países e empresas são coniventes com estas práticas. Em menos de um ano, mais de 20 milhões de hectares de terras férteis da África, Ásia, América Latina e da Europa Oriental têm sido usurpados por meio desses acordos, substituindo a produção local de alimentos para os interesses de exportação.

Em vez de promover investimentos agrícolas em escala industrial, instamos nossos governos e a FAO a implementar mudanças estruturais implícitas na Declaração da Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (CIRADR) e na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. Aqui, o IPC deve desempenhar um papel fundamental na garantia da efetiva participação de organizações da sociedade civil.

Exigimos abrangente reforma agrária que defenda o individual e o coletivo, bem como os direitos da comunidade de acesso e controle sobre o território. Todos os Estados devem implementar políticas públicas efetivas que garantam o controle da comunidade sobre os recursos naturais. Mecanismos de responsabilização para corrigir as violações destes direitos devem ser igualmente estabelecidos. A eqüidade de gênero deve estar no cerne da reforma agrária. As reformas devem garantir às mulheres a plena igualdade de oportunidades e direitos à terra, a riqueza natural, e reparar a discriminação histórica e contínua.

O acesso à água é um direito humano. A água deve permanecer como bem comum, não estando sujeita aos mecanismos do mercado de uso e da governança. Reformas devem dar reconhecimento legal, proteção e respeito aos direitos coletivos das comunidades de pesca artesanal para acesso e uso dos recursos pesqueiros e marítimos.

O encerramento das rotas pastoris, e a desapropriação de terras e territórios das comunidades locais através de concessões econômicas, devem chegar a um fim. A importação de alimentos para algumas de nossas comunidades merece proteção específica.

Os direitos de território para os povos indígenas abrangem a natureza como um ser vivo, essencial para a identidade e a cultura de comunidades ou povos. Apelamos à FAO para reconhecer os direitos territoriais dos Povos Indígenas e garantir a sua participação nas decisões sobre recursos, garantida pelos artigos 41 e 42 da Declaração da ONU sobre Direitos Indígenas. Exortamos a FAO e ao FIDA para criar um Grupo de Trabalho para os Povos Indígenas no CFS.

Rejeitamos os direitos de propriedade intelectual sobre os recursos vivos, sementes, plantas e animais. Monopólios biológicos devem ser proibidos. Iremos manter as sementes em nossas mãos. Valorizamos os nossos conhecimentos tradicionais como pescadores, criadores de gado e camponeses e vamos continuar a desenvolver-lo para sermos capazes de alimentar as nossas comunidades de forma sustentável. Nossas músicas e contos devem expressar a nossa cosmo visão e são importantes para manter nossa relação espiritual com nossas terras.

**Sociedade Civil: Autorizações**

Comprometemo-nos a aumentar o nosso nível de organização, de construir alianças amplas e fortes e promover ações conjuntas, articulações, intercâmbio e solidariedade, e defendermos a nossa soberania alimentar. Estamos convencidos de que apenas o poder dos povos organizados e a mobilização podem conseguir as mudanças necessárias, assim, a nossa tarefa principal é informar, sensibilizar, debater, organizar e mobilizar as pessoas.

Comprometemo-nos a alcançar a igualdade de representação e decisão. Exigimos justiça de gênero, paz e o respeito pelos direitos das mulheres, incluindo direitos de propriedade comum. Às mulheres trabalhadoras agrícolas e suas comunidades devem ser garantidas condições seguras de trabalho e salários justos.

Jovens participantes do fórum são fundamentais para o desenvolvimento e implementação de políticas agrícolas socialmente sustentáveis. Todos os órgãos de decisão devem garantir a participação efetiva dos jovens. Insistimos em educação agrícola (formal e informal) desde tenra idade, incluindo a formação de capacidades em todos os níveis para atender às necessidades dos jovens. Nosso compromisso com a soberania alimentar inclui a exigência de que o Comitê de Segurança Alimentar será transformado no Comitê para a Soberania Alimentar.

Dedicamo-nos a aceitar as nossas responsabilidades, local e internacionalmente, na mobilização das lutas pela soberania alimentar. Reivindicamos o controle e a autonomia nos processos de organização e de alianças e vamos melhorar ainda mais a responsabilidade mútua, valorizando a riqueza da nossa diversidade e no respeito pelas nossas autonomias. Reconhecemos o papel essencial da CPI na facilitação da construção de alianças.

Exigimos a Soberania Alimentar já!